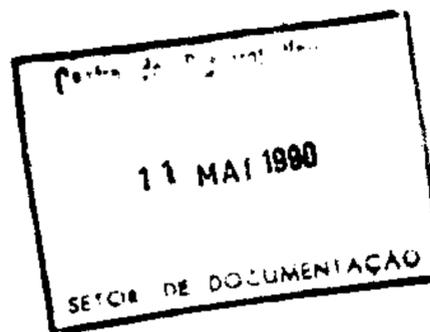


TR SEM TR 1990

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 1990.



Às

Entidades Sindicais Estaduais e Nacionais,  
Movimentos Populares,  
Entidades de Apoio,  
Igreja,  
Parlamentares,  
Partidos Políticos e  
Pessoas.

De

CUT/MG

MST/MG

CPT/MG

PT/MG

### 1. A REALIDADE AGRÁRIA DA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA.

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba caracteriza-se, de um lado, pela presença de grandes grupos monopolistas agro-industriais e comerciais e, de outro, pela redução do número de trabalhadores que vivem na terra. A "modernização agrícola" que tanto se aponta como concentração da riqueza e para a expulsão dos trabalhadores da terra, sejam os pequenos produtores (vítimas da política agrícola do governo), sejam aqueles que são parceiros, posseiros, arrendatários e agregados.

Em 1950, os parceiros representam quase 30% do pessoal ocupado na zona rural e em 1980 estavam reduzidos a pouco mais de 2%. Também estão desaparecendo os empregados "agregados" - aqueles que moram nas propriedades dos patrões e têm acesso a um pedaço de terra para uso familiar. Em contrapartida, aumentam os trabalhadores temporários, sem garantia de trabalho e renda durante todo o ano. Atualmente, a maioria dos trabalhadores rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

são bóias frias que trabalham principalmente no plantio e colheita de algodão, cana de açúcar e do milho. Embora seja uma das regiões mais ricas do Estado, o Triângulo é também o lugar onde se pagam os piores salários. No meio rural, a maioria das fazendas e empresas descumprem os direitos trabalhistas.

A excessiva concentração de terra transparece nos dados apresentados pelo INCRA em 1984: os latifúndios, propriedades com mais de 1.000 hectares, não chegavam a 3% do total, ocupavam somente 13% da área total. O número de propriedades rurais na região, em 1984, era de 45.348, ocupando uma área de 7.939.164 hectares.

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), proposto pelo governo Sarney em 1985, atingiu menos de 7% de sua meta, tanto no Brasil, como em Minas Gerais. No Triângulo Mineiro, o PNRA serviu para alertar os latifundiários, que fundaram a UDR, na cidade de Campina Verde. A edição do PNRA coincidiu com o início da organização dos trabalhadores rurais daquela região. A violência e a repressão a eles aumentam na medida em que os latifundiários do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba detêm, também, o poder político, além do econômico: a maioria das prefeituras da região é ocupada por grandes proprietários rurais e eles, invariavelmente, têm a Polícia a seu favor.

Outro fator que, no Triângulo, contribui para afastar mais os trabalhadores da propriedade da terra é a presença do Projeto JICA - Agência Japonesa de Cooperação Internacional. É um projeto de colonização do cerrado brasileiro, subsidiado pelo Estado em acordo firmado entre o Brasil e o Japão, com o objetivo de produzir grãos para exportação. Por ser um projeto de colonização, o JICA implanta os Planos de Assentamento Dirigido (PAD), sistema onde os lavradores da região são excluídos para dar lugar a produtores de outros lugares, selecionados por seus conhecimentos técnicos avançados.

## 2. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.

A primeira grande vitória dos trabalhadores rurais do Triângulo Mineiro em sua luta pela posse da terra foi a desapropriação, em 1986, de 2.603 hectares na Fazenda Barreiro, no município de Iturama no Pontal do Triângulo. A desapropriação foi alcançada depois de nove meses em que 122 famílias permaneceram acampadas na praça de Iturama, acompanhando o desenrolar das negociações, depois de terem sido expulsos de uma outra fazenda, a Bartira, no mesmo município.

Durante o processo da Fazenda Barreiro, a pressão dos latifundiários pode ser sentida com sucessivas ameaças às lideranças e intimidação policial. Casos de violência contra os trabalhadores rurais já tinham sido registrados antes. Em 1984 um posseiro foi assassinado. Só depois desta primeira ação organizada dos trabalhadores que os latifundiários se unificaram em torno da UDR. Foi também depois deste processo que a imprensa local noticiou iniciativas de algumas prefeituras e delegacias, no sentido de melhor equipar as polícias locais.

### 3. A OCUPAÇÃO DA FAZENDA COLORADO.

Cerca de 200 famílias, dos distritos de Limeira D' oeste, Vila União, Vila Barbosa, Alexandrita e Vila Fátima do Município de Iturama e de Francisco Sales, vinham se organizando para ocupação da Fazenda Colorado. Destas 200 famílias, cerca de 50 conseguiram, na manhã do dia 23 de janeiro de 1990, ocupar a Fazenda Colorado, em Iturama. As outras 150 famílias não puderam chegar à ocupação devido ao cerco montado pela PM e pela UDR, nos distritos e na cidade de Iturama.

A Fazenda Colorado, localizada no município de Iturama, Triângulo Mineiro, a 992 Km de Belo Horizonte, de aproximadamente 3.500 hectares, tem como proprietário Afonso Dias de Farias, membro da UDR, se encontra em estado de abandono e com sinais de depredação dos recursos naturais (desmatamento para carvão). Área passiva de desapropriação por ser latifúndio por exploração.

A partir das 13:00 horas do dia 23 de janeiro de 1990 iniciou-se a ação da Polícia e da UDR no sentido de despejar, arbitrariamente, as famílias. Foi uma ação conjunta da PM com a UDR sem nenhum mandado judicial que respaldasse o despejo. O acampamento da Fazenda Colorado foi isolado, todos os carros foram apreendidos, dezesseis pessoas foram presas aliatoriamente (sindicalistas, motoristas, parlamentares, padres, advogados, jornalistas). Estas pessoas permaneceram presas durante 26 horas, praticamente incomunicáveis, submetidas a interrogatórios, provocações por parte da PM, da Polícia Civil e da UDR. A UDR estava ali representada por inúmeros fazendeiros e jagunços armados, que permaneceram ao redor da delegacia de polícia de Iturama até que os presos foram liberados.

Por volta das 11:00 horas da manhã do dia 24, um contingente de aproximadamente 50 policiais, fortemente armados, acompanhados pelo proprietário da Fazenda Colorado, Afonso Dias de Faria, e outros fazendeiros e jagunços, executaram o despejo das 50 famílias, sem nenhuma ordem judicial, depois de 20 horas de tensas ne-

gociações. As famílias foram obrigadas a se identificarem, uma a uma, inclusive com endereço, depois foram jogadas dentro dos caminhões da PM e dos fazendeiros. Todo o trajeto dos caminhões, até Vila União, foi acompanhado pela Polícia, fazendeiros e jagunços. Em Vila União a polícia tencionava dispersar as famílias, e cada uma que fosse para suas casas.

Muitas entidades de Minas, parlamentares e pessoas se encontravam, juntamente com as famílias sem-terra, no acampamento da Fazenda Colorado. Dezesesseis dessas pessoas, que apoiavam a ocupação, haviam sido presas. As outras, foram igualmente obrigadas a se identificarem e foram também conduzidas até a Vila União.

### 3.1 O ACAMPAMENTO.

Após o despejo, no dia 24, as famílias acamparam às margens da estrada que liga a Vila União a Iturama.

Logo após a liberação dos 16 presos de Iturama, por volta das 16:00 horas, um grupo de aproximadamente 200 fazendeiros e jagunços se dirigiram para as proximidades do acampamento da Vila União com o objetivo de obrigar as famílias a abandonar o acampamento. Mais uma vez a PM agiu parcialmente tentando convencer as famílias a saírem do acampamento. Foram muitas horas de tensas negociações. Finalmente, a polícia e dois vereadores da região, representando a solicitação da UDR foram convencidos que as famílias usavam do legítimo direito de acampar às margens de uma via pública.

As demais famílias que estavam anteriormente organizadas e que foram impedidas pela PM de ocupar a Fazenda Colorado, nos dias seguintes, se integraram gradativamente ao acampamento de Vila União. Esta integração se deu mesmo com o cerco policial que permanece em toda a região.

### 3.2 COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO EM BELO HORIZONTE.

Uma comissão de 70 pessoas, entre mulheres, homens e 30 crianças, representando as famílias se dirigiu para Belo Horizonte com o objetivo de encaminhar as negociações junto ao INCRA, ao Governo do Estado, à Secretaria de Segurança Pública, bem como denunciar a situação dos acampados em Vila União, e ainda, construir solidariedade e apoio junto à sociedade. Foram impedidos de entrar no INCRA pela

PM, estabelecendo assim, um acampamento em frente ao prédio por 11 dias.

### 3.3 OS IMPASSES - O CONFLITO.

Diante do conflito estabelecido, o INCRA-MG prometeu vistoriar a Fazenda Colorado e efetuar o cadastramento das famílias. Numa segunda rodada de negociações, o INCRA prometeu vistoriar as seguintes áreas: Quati, Água Vermelha, Varginha e outra quinta, de propriedade de Otávio Vilela, todas em Iturama.

Apesar da pressão da UDR, da morosidade dos órgãos do governo responsáveis pela realização da Reforma Agrária, das dificuldades materiais, os trabalhadores estão determinados a permanecer acampados as margens da estrada de Vila União, até assentamento definitivo das famílias envolvidas. Já existem aproximadamente em torno de 1.000 pessoas acampadas (200 famílias).

Além das reivindicações encaminhadas ao INCRA/MG, denúncias das arbitrariedades da PM nas ações de repressão contra os trabalhadores desde a ocupação até hoje, foram feitas à Secretaria de Segurança Pública do Estado, no sentido de apurar e punir os responsáveis, assim como solicitar segurança às famílias acampadas e as pessoas envolvidas, considerando que existem ameaças de morte.

É importante ressaltar como tem se dado o apoio político e material da comunidade de Vila União. Alimentos foram doados e constantemente os moradores têm visitado os acampados, demonstrando solidariedade.

Apesar de toda determinação destas famílias sem terra, existem problemas de infra-estrutura que devem ser desafiados do ponto de vista político. Faltam alimentos, remédios e roupas para os acampados em Vila União, assim como material para montagem das barracas. Falta ainda assistência médica preventiva e curativa no acampamento.

### 4. COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO AOS SEM TERRA.

A Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais, o Partido dos Trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Minas Gerais organizaram, na região do Triângulo Mineiro e em Belo Horizonte, um Comitê de acompanhamento político para levantamento de recursos materiais, visando sustentar o movimento.

## 5. REIVINDICAÇÕES.

Tendo em vista a importância da Reforma Agrária para a sociedade brasileira, apresentamos este documento histórico e reivindicatório, solicitando que todas as Entidades Estaduais e Nacionais, Movimentos Populares, Igrejas, Partidos Políticos, Parlamentares e pessoas interessadas nesta luta dos sem terra, participem de alguma forma da luta dos acampados às margens de Vila União, em Iturama.

Solicitamos que enviem às autoridades relacionadas em anexo, telegramas, documentos exigindo a desapropriação da Fazenda Colorado, Quati, Água Vermelha, Varginha e outra quinta, de propriedade de Otávio Vilela, o assentamento das famílias, punição às arbitrariedades cometidas pela PM e pela Polícia Civil, assim como desarmamento dos grupos armados da UDR da região e segurança para as famílias e pessoas envolvidas enquanto permanecer o acampamento.

Solicitamos ainda a divulgação desta luta aos órgãos de comunicação das respectivas entidades, partidos, movimentos, parlamentares e outros a que tenham acesso.

Outras entidades que apoiam esta nota:

. CEDEFES

REDE DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA - MG

CUT/MG

CPT/MG

MST/MG

PT/MG

ORGÃOS GOVERNAMENTAIS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BI D  
70.043 BRASÍLIA - DF  
MINISTRO IRIS RESENDE

MINAS GERAIS  
DELEGACIA REGIONAL DO MIRAD  
RUA SAPUCAÍ, 429 FLORESTA  
30.150 BELO HORIZONTE-MG  
DELEGADO REGIONAL: JOÃO NAVARRO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES  
70.150 BRASÍLIA - DF

RURALMINAS  
AV. ALVARENGA PEIXOTO, 974  
30.180 BELO HORIZONTE-MG  
DIRETOR: SANTCLAIR SCHIMIETT TERRES

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES  
70.175 BRASÍLIA - DF

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS  
PRAÇA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES  
70.072 BRASÍLIA - DF

COMANDO DA POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
RUA DA BAHIA, 2115 - FUNCIONÁRIOS  
30.160 BELO HORIZONTE - MG

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 1990.



*A doc*

À  
Entidades Sindicais, Estaduais e Nacionais,  
Movimentos Populares,  
Igreja,  
Parlamentares,  
Partidos Políticos,  
Entidades de Apoio e  
Pessoas

De  
CUT/MG  
CPT/MG  
MST/MG  
PT/MG

Para sustentação do movimento para DESAPROPRIAÇÃO E ASSENTAMENTO dos sem terra na Fazenda Colorado, Iturama, Triângulo Mineiro, é preciso criar e manter uma infraestrutura.

O acampamento de Vila União carece de:

- . alimentos;
- . remédios;
- . roupas;
- . lonas;
- . assistência médica.

Solicitamos, neste momento o apoio material de todos que acreditam na justiça e legitimidade desta luta. As arrecadações podem ser enviadas para:

CUT/MG (Av. contorno, 1313 - 3º Andar, bairro floresta, Belo Horizonte). Depósitos podem ser feitos na conta nº 715.621-4 - CREDIREAL - Agência Central (Rua Espírito Santo, 4.800. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE MINAS GERAIS.

CUT/MG      CPT/MG      MST/MG      PT/MG